



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO**

OBJETO: Prestação de Contas Anual (PCA)

ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)

EXERCÍCIO: 2015

Relatório de Auditoria – Prestação de Contas Anual – Tesouro

1. O Poder Judiciário Cearense tem a missão de garantir a todos prestação jurisdicional célere e efetiva, assegurando o direito e a cidadania em prol da paz social. Neste contexto, todas as ações são conduzidas no intuito maior de levar o judiciário a cumprir seus altos desígnios, fazendo-o processualmente célere, tecnicamente efetivo, socialmente eficaz e politicamente independente.
2. Em obediência ao art. 10 da Lei Estadual nº 15.833, de 27 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial de 30 de julho de 2015, cumpre à Auditoria Administrativa de Controle Interno emitir certificado de auditoria, atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.
3. A Lei nº 12.509/1995, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, estabelece, em seu art. 8º, § 6º, que os processos de Tomada ou Prestação de Contas, bem como, os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

4. A Prestação de Contas Anual analisada, correspondente ao exercício de 2015, engloba a aplicação dos Recursos Orçamentários do Tesouro do Estado no âmbito do Poder Judiciário Cearense, constando das peças a seguir:

- Rol de responsáveis;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Orçamentárias, por elemento e item;
- Balanços e Demonstrações Contábeis:
 - a) Balanço Orçamentário,
 - b) Balanço Financeiro,
 - c) Balanço Patrimonial,
 - d) Demonstração das Variações Patrimoniais,
 - e) Fluxo de Caixa,
 - f) Notas explicativas.
- Extratos das contas correntes;
- Demonstrativo da execução orçamentária por fonte de recurso;
- Declarações da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Geral, informando que os responsáveis arrolados nas contas do exercício de 2015 estão em dia com a exigência de apresentação das declarações de bens e renda de que trata a Lei Federal nº 8.730/93;
- Relação das nomeações realizadas no exercício; e
- Relatório de Desempenho da Gestão.

5. Cumpre informar que, segundo o item 7.1 (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª Edição, a peça Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido - DMPL) “é **obrigatória** para as **empresas estatais dependentes**, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação”, e, portanto, não consta das peças enviadas.

Execução da Despesa

6. O **Balanço Orçamentário** demonstra as Receitas Previstas e as Despesas Fixadas, em confronto com as Realizadas. O órgão não possui receitas próprias e a despesa inicialmente prevista para o exercício de 2015 foi de R\$ 899.480.454,00 (oitocentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), havendo alteração ao longo do exercício de R\$ 102.546.882,00 (cento e dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil,

oitocentos e oitenta e dois reais), restando o valor final das Receitas em R\$ 1.002.027.336,00 (um bilhão, dois milhões, vinte e sete mil, trezentos e trinta e seis reais).

7. No cálculo do **Índice de Alteração Orçamentária**, que indica o percentual da alteração da Despesa autorizada para o exercício de 2015, verificou-se o percentual de 11,40%, o que revela pouco replanejamento.

8. O total da Despesa Empenhada foi de R\$ 998.280.880,25 (novecentos e noventa e oito milhões, duzentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos), cerca de 99,63% do total fixado.

9. Analisando as Despesas Correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas), foram empenhados R\$ 997.854.069,35 (novecentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos) e com Despesas de Capital (investimentos) foram empenhados R\$ 426.810,90 (quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e dez reais e noventa centavos), equivalendo a 99,96% e 0,04%, respectivamente, dos recursos financeiros comprometidos no exercício com as despesas em comento.

10. O montante de pagamento das Despesas no exercício somou R\$ 995.296.920,19 (novecentos e noventa e cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte reais e dezenove centavos), ou seja 99,70% do valor empenhado.

11. Analisando a participação das Despesas Realizadas com Pessoal, em relação ao total das Despesas no exercício, por meio do **Índice de Despesas Diretas com Pessoal** (APLICAÇÕES DIRETAS COM PESSOAL/DESP.CORRENTE + DESP.CAPITAL), verificou-se o percentual de 92,80% dos recursos financeiros comprometidos com o pagamento de pessoal, mantendo-se acima de 90%, assim como ocorreu no exercício de 2014, que foi de 93,79%.

12. Quanto às Despesas Realizadas com Custeio, em relação ao total das Despesas do Exercício, avaliou-se o percentual de recursos comprometidos, por meio do **Índice de Despesas Diretas com Custeio** (APLICAÇÕES DIRETAS COM CUSTEIO/DESP.CORRENTE + DESP.CAPITAL), nesse caso, verificou-se um percentual de 7,16%, margem aceitável, tendo em vista a finalidade deste órgão.

13. Na avaliação das despesas com investimentos, o **Índice de Despesas Diretas com Investimento** (APLICAÇÕES DIRETAS COM INVESTIMENTO/DESP.CORRENTE +

DESP.CAPITAL) aponta um percentual 0,04%, o que é aceitável, considerando-se a natureza operacional deste órgão.

14. O **Balanco Financeiro** demonstra as Receitas e Despesas Orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício, evidenciando a movimentação financeira do órgão.

15. Deste modo, encontra-se registrado no balanço como recebimento extraorçamentário o valor de R\$ 316.449.545,63 (trezentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) nas contas de “Inscrição de Restos a Pagar Processados”, “Inscrição de Restos a Pagar Não Processados” e “Valores Restituíveis”, e como pagamentos extraorçamentários o valor de R\$ 317.749.052,69 (trezentos e dezessete milhões, setecentos e quarenta e nove mil, cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos) nas contas de “Restos a Pagar Processados”, “Restos a Pagar Não Processados” e “Valores Restituíveis”.

16. O valor pago em “Restos a Pagar Não Processados” foi de R\$ 3.090.237,95 (três milhões, noventa mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), indicando 0,31% da Despesa Empenhada. Por sua vez, o valor inscrito em “Restos a Pagar Não Processados” foi de R\$ 2.981.084,83 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), computando 0,30% da Despesa Total Empenhada.

17. O valor pago em “Restos a Pagar Processados” foi de R\$ 834.695,73 (oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos), indicando 0,0836% da despesa empenhada. Por sua vez, o valor inscrito em “Restos a Pagar Processados” foi de R\$ 2.875,23 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e três centavos), computando 0,0003% da despesa total empenhada.

18. No cálculo do **Índice de Inscrição de Restos a Pagar**, que avalia se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência e indica o percentual da Despesa Realizada inscrita em Restos a Pagar, no exercício de 2015, o índice atingiu o percentual de 0,30%, apresentando uma redução em relação ao registrado no exercício de 2014, que foi de 0,71%.

19. Registre-se que as despesas inscritas em “Restos a Pagar” pelo Tribunal de Justiça do Ceará serão pagas com as disponibilidades de caixa do Tesouro do Estado, a exemplo dos demais órgãos estaduais da Administração Direta. Salienta-se que, quanto menor for esse índice, melhor será o equilíbrio orçamentário.

20. Quanto à rubrica “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, cumpre informar que seu saldo está zerado, todavia existem saldos nos extratos de dezembro nas Contas do Banco do Brasil nºs 25.710-9 PAE, 1062-6 e 700405-5 – Pagamento de Pessoal, nos valores de R\$ 2.212,11 (dois mil, duzentos e doze reais e onze centavos), R\$ 11.202,72 (onze mil, duzentos e dois reais e setenta e dois centavos) e R\$ 28.950,26 (vinte oito mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos), respectivamente.

21. Tal ocorrência está relacionada às contas do Banco do Brasil nºs 25710-9, 1062-6, 700405-5 e 25194-1, por estarem apenas mapeadas no S2GPR, desta forma não sendo possível os devidos lançamentos contábeis. Porém, atualmente, encontra-se em processo de regularização pela área competente deste Poder Judiciário.

22. O **Balanco Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia a situação dos bens, direitos e obrigações, indicando o valor do Patrimônio Líquido. No exercício de 2015 consta saldo patrimonial (ativo real líquido) no valor de R\$ 262.546.141,98 (duzentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).

23. A **Demonstração das Variações Patrimoniais** mostra a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, apresentando *superavit* patrimonial de R\$ 55.319.336,21 (cinquenta e cinco milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos), correspondendo ao saldo de resultado do período no Balanco Patrimonial.

24. Quanto à realização contábil de depreciação, que é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos imobilizados de longa duração, conforme o Decreto Estadual nº 31.671/2015, que aprovou o regulamento para depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará, o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2015 será dezembro de 2016, para bens móveis e imóveis.

25. A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

26. Da análise do referido demonstrativo, pode-se constatar que o fluxo de caixa líquido das atividades de investimento é negativo, correspondendo a R\$ 1.015.612,07. Tal fato é explicado, consoante pronunciamento da área responsável, no processo administrativo nº 8511618-42.2016.8.06.0000: “não houve ingressos nas atividades de investimento, entretanto, o valor dos desembolsos foram supridos pelos ingressos das atividades das operações, onde podemos verificar que a variação do caixa e equivalente de caixa no período é de R\$ 0,00”.

Gestão Fiscal

27. Sobre a Gestão Fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, estabelece, em seu art. 20, alínea “b”, o limite de 6% da Receita Corrente Líquida para fazer face às Despesas com Pessoal. No parágrafo único, art. 22 da citada Lei, constam restrições de gastos aplicáveis, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, ou seja, 5,70% da RCL.

28. Esta Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno analisando a conformidade da execução orçamentária estabelecida pelas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações afins, conforme inciso XIV da Lei Estadual nº 15.833, de 27 de julho de 2015, verificou que o total da despesa executada com pessoal, para fins de apuração do limite no exercício em análise, representou 5,66% da Receita Corrente Líquida do Estado.

29. Neste sentido, por ser de competência interna, encontra-se tramitando por meio do processo administrativo nº 8504638-79.2016.8.06.0000, inspeção acerca de valores apresentados nos itens de despesa 319011 e 319092, e ao cumprimento do limite de 1% estabelecido no art. 65 da Lei nº 15.674/2014.

Gestão Administrativa

30. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2015 foi embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios e sistemas eletrônicos, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos.

31. Por meio da elaboração de Matriz de Riscos, definiram-se, com razoável segurança, os processos e objetos que deveriam ser verificados, prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e de sua importância relativa para os procedimentos de auditoria.

32. Considerando que os recursos do Tesouro com Custeio atingiu 7,16% do Executado, proporcionalmente, delimitou-se o universo passível de auditoria. Nesse sentido, atuou-se basicamente sobre a gestão administrativa do Tribunal de Justiça, restando a análise da regularidade das contratações de maior materialidade do órgão na Prestação de Contas do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU.

33. Em cumprimento às Ordens de Serviço de Auditoria, e em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria, procedeu-se às seguintes atividades de auditoria, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da economicidade, dentre outras:

a) Auditoria de Sistema de Gestão de Processos Judiciais – Relatório 01/2015

Objeto: Sistema de Gestão de Processos Judiciais – 2ª Instância (Módulo: Distribuição Processual)

b) Companhia Energética do Ceará - COELCE – Relatório 02/2015

Objeto: CT nº 25/201 - Companhia Energética do Ceará - COELCE

c) Equipamentos e Material Permanente – Relatório 04/2015

Objeto: Equipamentos e Material Permanente – Gestão dos Equipamentos e Material Permanente

d) Suprimento de Fundos – Relatório 07/2015

Objeto: Suprimento de Fundos – Exercício 2014

e) Auditoria de Sistema de Gestão de Recursos Humanos – Relatório 09/2015

Objeto: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SAJADM – GRH (Módulos: Recursos Humanos – Cadastro e Frequência)

f) Tomada e Prestação de Contas Anual – Relatório 10/2015

Objeto: Tomada e Prestação de Contas Anual (Exercício 2014)

g) Folha de Pagamento – Relatório 11/2015

Objeto: Folha de Pagamento – Despesas com pessoal ativo

h) Despesas de Exercício Anterior – Relatório 13/2015

Objeto: Despesas de Exercício Anterior – Custeio

i) Sistema de Cadastro, Acompanhamento e Distribuição de Armas – Relatório 15/2015

Objeto: Sistema de Cadastro, Acompanhamento e Distribuição de Armas (CADARM)

j) Patrimônio Imóveis – Relatório 18/2015

Objeto: Patrimônio Imóveis – Gestão do Patrimônio Imóveis

k) Despesas de Exercício Anterior – Relatório 19/2015

Objeto: Despesas de Exercício Anterior – Pessoal

l) Portal da Transparência – Relatório 22/2015

Objeto: Portal da Transparência do TJCE – Cumprimento da Lei Federal Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

34. Cumpre informar que os achados de auditoria dos relatórios mencionados acima foram sanados pelas áreas auditadas ou se encontram em processo de resolução. As inconsistências que ainda não foram solucionadas estão sendo acompanhadas por meio de monitoramento sistemático do cumprimento das recomendações/determinações por parte desta Unidade de Auditoria de Controle Interno.

Dos processos de concessão de Suprimentos de Fundos

35. A execução dos recursos relativos aos Suprimentos de Fundos concedidos pelo Poder Judiciário Cearense no exercício de 2015, objeto de análise quanto a sua regularidade e as respectivas prestações de contas, foi considerada satisfatória, atendendo à legislação vigente.

36. Esta Unidade de Controle Interno analisou, de forma amostral, 25 processos de concessão de suprimento de fundos do universo de 162, tendo como responsáveis os seguintes concessionários:

Seq.	Processo	Concessionário(a)	NE/2014	Valor (R\$)
1	8500001-04.2015.8.06.0103	ERICK OMAR SOARES ARAÚJO	73	R\$ 400,00
2	8501419-92.2015.8.06.0000	ARIANA CRISTINA DE FREITAS	70	R\$ 400,00
3	8500002-50.2015.8.06.0115	SÂMEA FREITAS DA SILVEIRA	68	R\$ 500,00
4	8500005-43.2015.8.06.0167	ANDRÉ TEIXEIRA GURGEL	138	R\$ 600,00
5	8500015-11.2015.8.06.0160	JOSÉ VALDECY BRAGA DE SOUSA	104	R\$ 400,00
6	8502198-47.2015.8.06.0000	LUIZ AUGUSTO DE VASCONCELOS	109	R\$ 500,00
7	8502191-55.2015.8.06.0000	LUIZ AUGUSTO DE VASCONCELOS	106	R\$ 400,00

Seq.	Processo	Concessionário(a)	NE/2014	Valor (R\$)
8	8503097-45.2015.8.06.0000	FABIANO DAMASCENO MAIA	203	R\$ 500,00
9	8500014-57.2015.8.06.0182	RAFAEL LOPES DO AMARAL	320	R\$ 400,00
10	8505208-02.2015.8.06.0000	RENATA SANTOS NADYER BARBOSA	854	R\$ 500,00
11	8500091-11.2015.8.06.0071	ANGELO BIANCO VETTORAZZI	872	R\$ 400,00
12	8504165-30.2015.8.06.0000	WELITHON ALVES DE MESQUITA	451	R\$ 400,00
13	8505702-61.2015.8.06.0000	DAVID FORTUNA DA MATA	932	R\$ 400,00
14	8506121-81.2015.8.06.0000	JOÃO DANTAS CARVALHO	1022	R\$ 500,00
15	8500024-75.2015.8.06.0029	HYLDON MASTERS CAVALCANTE COSTA	1142	R\$ 400,00
16	8500092-33.2015.8.06.0091	IZABELA MENDONÇA ALEXANDRE DE FREITAS	1295	R\$ 500,00
17	8500053-56.2015.8.06.0052	JORGE CRUZ DE CARVALHO	1394	R\$ 400,00
18	8508680-11.2015.8.06.0000	GISELLI LIMA DE SOUSA	1667	R\$ 500,00
19	8500015-42.2015.8.06.0085	LÚCIO ALVES CAVALCANTE	1433	R\$ 400,00
20	8500078-35.2015.8.06.0128	RICARDO BRUNO FONTENELLE	1769	R\$ 500,00
21	8500050-54.2015.8.06.0100	DANIELLE ESTEVAM ALBUQUERQUE	1778	R\$ 400,00
22	8500056-08.2015.8.06.0053	ANTÔNIO WASHINGTON FROTA	2381	R\$ 400,00
23	8514033-32.2015.8.06.0000	GISELLI LIMA DE SOUSA	3366	R\$ 500,00
24	8500072-78.2015.8.06.0176	CANDICE ARRUDA VASCONCELOS	3470	R\$ 400,00
25	8516049-56.2015.8.06.0000	RONALD NEVES PEREIRA	3556	R\$ 400,00

Gestão de Recursos Humanos

37. No desenvolvimento da política de recursos humanos no exercício de 2015, foram executados os projetos e as ações a seguir descritos:

– **Concurso Público para provimento do cargo de Juiz Substituto do Estado do Ceará:**

Regido pelo Edital nº 001/2014, tendo sido realizadas as provas objetiva, discursiva e de sentença, cível e criminal; a inscrição definitiva; os exames de sanidade física e mental e psicotécnico; a sindicância da vida pregressa e da investigação social e prova oral. O resultado final do referido certame foi divulgado por meio do Edital nº 86/2015, em 30 de junho de 2015. As nomeações dos aprovados ocorreram durante este ano de 2016.

– **Conclusão do Projeto de Solução Integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho e ascensão funcional:** Iniciado em agosto de 2014, foi concluído com êxito em março de 2015, tendo como resultados os seguintes produtos:

- Produto 1 - Documento contendo diagnóstico das políticas e práticas de Gestão de Pessoas do TJCE;
- Produto 2 - Documento contendo um Inventário Comportamental;
- Produto 3 - Documento contendo o resultado do Mapeamento das Competências Estratégicas, Gerenciais e Específicas;
- Produto 4 - Documento contendo o resultado do Mapeamento dos Conhecimentos Técnicos e de Gestão;
- Produto 5 - Documento contendo o módulo quantitativo do Modelo de Avaliação de Desempenho (incluindo a Avaliação de Estágio Probatório);
- Produto 6 - Documento contendo o módulo qualitativo do Modelo de Avaliação de Desempenho (incluindo a Avaliação de Estágio Probatório);
- Produto 7 - Documento contendo orientação para Plano de Implementação do Modelo de Avaliação de Desempenho;
- Produto 8 - Documento contendo análise aprofundada da Sistemática atual de Ascensão Funcional – Desenvolvimento na Carreira praticada pela Gestão de Pessoas do TJCE;
- Produto 9 - Documento contendo proposição de nova Sistemática de Ascensão Funcional – Desenvolvimento na Carreira;
- Produto 10 - Documento contendo relatório acerca da Capacitação de Multiplicadores para a Sensibilização do Quadro de Servidores do TJCE;

38. Atualmente, o projeto permanece em fase de avaliação as propostas para normatização das Avaliações de Desempenho e da Sistemática de Promoção e Progressão funcional.

– **Programa de Desenvolvimento de Gestores:** Durante o ano de 2015 foi executado o Programa de Desenvolvimento de Gestores do Poder Judiciário Cearense, objetivando capacitar 600 (seiscentos) gestores em competências específicas para o aprimoramento do exercício de suas atribuições nos cargos de gestão que ocupam, sendo realizadas três turmas no exercício de 2015, com carga horária de 48 horas. Nesse contexto, das 600 vagas, 240 vagas destinadas às Comarcas do Interior, 163 ao Tribunal de Justiça e 166 ao Fórum Clóvis Beviláqua, para servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados, que exerçam papel de gerência no Poder Judiciário cearense, bem como 31 vagas ofertadas aos servidores com potencial para o desenvolvimento da liderança.

- **Pesquisa de Clima Organizacional:** Esta iniciativa, realizada entre os dias 12 e 30 de outubro de 2015, teve como principal objetivo mensurar a satisfação do colaborador em relação ao seu ambiente de trabalho e obter, pelo menos, 70% de avaliações positivas do clima organizacional. Tal pesquisa fundamentou-se no Plano Estratégico 2015 – 2020, que apresentou como produto o indicador nº 28, “Índice de Avaliação da Gestão de Pessoas”, o qual “busca medir a melhoria na Gestão de Pessoas”.
- **Plano de Educação Corporativa:** Esta ferramenta de gestão teve como principal objetivo oferecer soluções educacionais customizadas para as principais necessidades de treinamento e desenvolvimento das unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário cearense, tomando como referencial o mapeamento de competências, realizado no exercício de 2015. Como resultados dessa iniciativa, têm-se 18 cursos internos e 86 cursos externos ou com parceiros, totalizando 2.000 (duas mil) vagas para capacitação.
- **Organização Administrativa do Poder Judiciário:** Aprovação da Lei nº 15.833/2015, publicada no DOE, em 30 de julho de 2015, sobre a nova organização administrativa do Poder Judiciário. Trata-se de regulamento que estabeleceu normas gerais para a organização dos serviços administrativos do Poder Judiciário, abrangendo a composição dos órgãos e funções da Administração Superior, da Estrutura Organizacional Básica e da Estrutura Setorial.
- **Normatização do Adicional de Especialização:** Estabelecimento de critérios e parâmetros eminentemente técnicos, com o fim de gerenciar o adicional de especialização no âmbito do Poder Judiciário cearense, por meio da Portaria nº 1330/2015, publicada em 16 de junho de 2015. Trata-se de regulamento cujo escopo promoveu, de maneira consistente, a revisão de antigos critérios, o redimensionamento de valores defasados e a inclusão de novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para a concessão de novos benefícios.
- **Ascensão Funcional:** No ano de 2015, ocorreu a ascensão funcional referente ao interstício 2013/2014, contemplando o seguinte número de servidores, conforme quadro a seguir. Quanto ao interstício 2014/2015 (01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015), permanece pendente de realização.

Interstício 2013 / 2014

EVENTO	QUANTID.
PROGRESSÃO E PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE	822
PROGRESSÃO E PROMOÇÃO POR DESEMPENHO	720
TOTAL	1542

– **Concursos públicos para ingresso de servidores:** O concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio, objeto do Edital nº 1 – TJ/CE, de 13 de fevereiro de 2014, resultou nas nomeações relacionadas abaixo, por cargo e lotação, no ano de 2015.

- Analista Judiciário – Execução de Mandados - Quantidade de nomeações: 45
- Analista Judiciário – Área Judiciária - Quantidade de nomeações: 50
- Analista Judiciário – Especialidade - Administração - Quantidade de nomeações: 05
- Analista Judiciário – Especialidade - Arquitetura - Quantidade de nomeações: 01
- Analista Judiciário – Especialidade - Ciências Contábeis - Quantidade de nomeações: 05
- Analista Judiciário – Especialidade - Ciências Computação - Quantidade de nomeações: 05
- Analista Judiciário – Especialidade - Engenharia Civil - Quantidade de nomeações: 04
- Analista Judiciário – Especialidade - Engenharia Mecânica - Quantidade de nomeações: 01
- Analista Judiciário – Especialidade – Engenharia Produção - Quantidade de nomeações: 02
- Técnico Judiciário – Área Judiciária - Quantidade de nomeações: 80
- Técnico Judiciário- Área Técnico-Administrativa - Quantidade de nomeações: 40
- Técnico Judiciário - Especialidade - Desenho Auxiliado por Computador - Quantidade de nomeações: 02
- Técnico Judiciário – Especialidade – Edificações - Quantidade de nomeações: 01

– **Projeto Estratégico desdobrado do Planejamento Estratégico do TJCE 2015-2020**

O projeto estratégico demandado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, na construção do planejamento estratégico 2015-2020, objeto da Resolução do Órgão Especial nº 05, de 23 de abril de 2015, é intitulado de “Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas”.

Tal projeto objetiva aprimorar as práticas de gestão de pessoas do Poder Judiciário cearense, tendo como ponto de partida o instrumento de avaliação GOVPESSOAS, do Tribunal de Contas da União (TCU). Como resultado do projeto, durante o ano de 2015, obteve-se a proposição das seguintes iniciativas: diagnóstico da situação atual, elaboração de proposta de programa de capacitação voltado para o desenvolvimento de liderança; construção de um plano de desenvolvimento de competências profissionais, inclusive competências de liderança que atendam às necessidades de cada nível de gestão.

Considerações Finais

39. Registre-se, por oportuno, que os demonstrativos contábeis e financeiros são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR da Secretaria da Fazenda, a quem

cabe o gerenciamento do sistema de execução orçamentária financeira e contábil-patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

40. No exercício de 2015, o TCE/CE, por meio da IN nº 01/2014, em vigor a partir de 01/01/2015, determinou que todos os órgãos jurisdicionados remetessem, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao encerramento do semestre, relação das exigibilidades de pagamentos referentes ao semestre anterior das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedecida a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, apresentando uma relação para cada fonte diferenciada de recursos.

41. Em cumprimento à referida Instrução Normativa, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará enviou os arquivos referentes ao primeiro semestre de 2015, do Tesouro e do Fermoju, em 28/08/2015, por meio do acesso ao FTP-TCE-CE, disponibilizado.

42. Quanto ao segundo semestre, os arquivos referentes ao Tesouro, Fermoju e Funseg, foram enviados ao TCE/CE em 29/01/2016, conforme os protocolos TCE/CE nºs 201601013, 201601020 e 201601021.

42. Cumpre informar que não há registro nessa Unidade de Controle Interno de denúncias com repercussão no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, atinentes ao exercício de 2015.

43. Por fim, esta Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno considera que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mediante prévia manifestação da Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Auditoria Administrativa de Controle Interno, em Fortaleza, aos 23 de junho de 2016.

Carlos André Melo Pontes
Auditor de Controle Interno

Lídia Maria Mendes dos Santos
Auditora de Controle Interno

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor-chefe de Controle Interno